



PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A TORRE DE BABEL DO CAPITALISMO TARDIO

Anielson Ribeiro da Silva¹ (UPE)
anielson.ribeiro@gmail.com

Juscelino Francisco do Nascimento² (UFPI/UEPB)
juscelinosampa@hotmail.com

Rossana Henz³(UPE/Unicap)
rossana.ramos@upe.br

RESUMO: Em torno do fenômeno da variação linguística, circundam várias determinações sociais, mas observamos que o preconceito linguístico transparece principalmente por meio da situação econômica dos sujeitos. Este artigo busca analisar registros-enunciados da modalidade escrita em diferentes localizações do distrito de Santana do Sobrado, município de Casa Nova, Bahia. Tendo como objetivo, primeiro, a demonstração empírico-científica de como a segregação socioespacial estimula a consolidação de mitos e preconceitos sobre a língua, para, em seguida, instrumentalizar o combate a esse tipo de prática. Esta pesquisa se baseia nos estudos modernos da Linguística, nos postulados da Geopolítica e no método materialista histórico-dialético, na tentativa de estabelecer uma análise totalizante. Como fonte teórica para o desenvolvimento deste trabalho, podemos destacar Bagno (2015), Bakhtin (2006), Roma (2008) e Engels e Marx (2007). Este estudo reconhece que o fato de as fachadas do centro estarem de acordo com as variedades prestigiadas apenas mostram uma posição socioeconômica mais elevada dos donos desses pontos comerciais por poderem pagar pela confecção em gráficas, mas não significa categoricamente que tenham mais domínio da língua do que os comerciantes da periferia. Ainda assim, os pontos em que os anúncios estão fora do padrão sofrerão com o preconceito e, o que pode fazer com que haja menos sucesso comercial, não só porque a escrita transmite certo *status*, mas também porque se soma a isso a localização marginalizada. Em vista disso, a língua não pode ser analisada somente por considerações intralinguísticas, mas, sobretudo, por processos extralinguísticos. Quando algo é denominado de “erro” ou “desvio ortográfico”, tem-se apenas o encobrimento dogmático da heterogeneidade empiricamente comprovada que constitui uma realidade linguística. E o desprestígio de certas variantes em relação a outra é referente a um processo histórico exterior à língua.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística. Variação. Língua. Sociedade. Espaço.

ABSTRACT: Around the phenomenon of linguistic variation, various social determinations surround, but we observe that the linguistic prejudice is mainly reflected through the economic situation of the subjects. This article aims to analyze written-utterance records in different locations of Santana do Sobrado district, Casa Nova municipality, Bahia. Having as objective, first, the empirical-scientific demonstration of how the socio-spatial segregation stimulates the consolidation of myths and prejudices

¹ Graduado em Letras pela Universidade de Pernambuco (UPE).

² Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí. Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

³ Doutora e Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).



about the language, to then instrumentalize the fight against this kind of practice. This research is based on modern studies of Linguistics, the postulates of Geopolitics and the historical-dialectical materialist method, in an attempt to establish a totalizing analysis. As a theoretical source for the development of this work, we can highlight Bagno (2015), Bakhtin (2006), Roma (2008) and Engels and Marx (2007). This study recognizes that the fact that the center's façades are in keeping with the prestigious varieties only shows a higher socioeconomic position of the owners of these shops for being able to pay for printing in printers, but it does not categorically mean that they have more command of the language than they do. the merchants of the periphery. Still, the points where ads are out of standard will suffer from bias and, which can make them less commercially successful, not only because writing conveys a certain status, but also because it adds to the marginalized location. In view of this, language cannot be analyzed solely by intralinguistic considerations, but above all by extralinguistic processes. When something is termed "error" or "orthographic deviation," there is only the dogmatic cover-up of the empirically proven heterogeneity that constitutes a linguistic reality. And the disregard of certain variants in relation to another refers to a historical process outside the language.

KEYWORDS: Linguistics. Variation. Language. Society. Space.

1 Introdução

Quando se busca explicar uma questão relativa à língua, há, atualmente, grande predominância de teorias abstratas que desenvolvem análises fragmentárias ou, ainda, totalmente isoladas das relações sociais que determinam seu uso. Isso indica uma reprodução dos postulados de Fernand Saussure, com seu *Curso de Linguística Geral*, que, de fato, abre espaço para discussões mais pertinentes em torno da língua, inclusive sobre diversidade linguística. Sua visão estruturalista é enrijecida e a-histórica, sempre evocando dicotomias, como *langue* e *parole*, sincronia e diacronia, significante e significado etc. Assim, a fala é dissociada do “território” a que chamamos de língua, e esta, por sua vez, é entendida como algo inexplicavelmente concebido por si mesmo e imutável. Ainda que Saussure afirme que a língua é um fato social, não há um desenvolvimento mais aprofundado dessa ideia em sua teoria. Ao contrário, o autor serve-se do isolamento desse mesmo fato social em relação à história, para que seu ponto de vista “crie o objeto” (SAUSSURE, 2012, p. 39), mantendo a língua em uma esfera social completamente abstrata.

Para Antoine Meillet (1928 apud MATTOS E SILVA, p. 37), que foi discípulo de Saussure antes da publicação do *Curso de Linguística Geral*, “a história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina”. A Linguística então adquire contornos mais concretos, pela sua filiação à sociologia de



Émile Durkheim. Desta forma, o linguista francês evitava as principais dicotomias saussurianas, e, portanto, embora dando continuidade ao positivismo, buscava conceber a língua como um sistema ao mesmo tempo em que era também um fato social com determinantes extralinguísticos. Graças a essa concepção precursora dos estudos relacionais entre língua e sociedade, houve grandes avanços nas pesquisas alternativas das áreas de Sociolinguística e de Linguística Histórica, que se contrapõem às insistentes análises estruturalistas, as quais não conseguem dar conta de explicar a totalidade dos processos linguísticos.

O filósofo russo Mikhail Bakhtin concorda com Saussure quanto ao fato de a língua ser um fato social, mas se opõe à concepção idealista do suíço, pois se apoia no método materialista dialético, o qual interpreta o real no plano ideal.

Se a língua é expressa nas esferas sociais e a sociedade está em constante devir, a língua não é estática, mas se desenvolve historicamente por meio dos fenômenos e das necessidades societárias. A língua, portanto, desenvolve-se como um retrato estilizado da realidade sociocultural de uma determinada civilização, mas não só isso, pois também pode afetar essa própria realidade, incitando a atitudes no modo de ser e pensar do grupo a que o falante pertence. Ou seja, diferentemente do que pensava Saussure e os positivistas/empiristas, a língua não é um sistema fechado em si mesmo, mas é, essencialmente, ideológica. E, assim sendo, tudo que é ideológico refrata uma situação externa a si mesmo (BAKHTIN, 2006).

2 Um analgésico embaixo da Língua: a ideologia

Para compreender a proposição de Bakhtin na qual a língua é um fenômeno propriamente ideológico, precisamos situar o conceito de ideologia na nossa análise. Para o senso comum, entende-se, geralmente, por ideologia um conjunto de ideias e crenças em que cada indivíduo tende a interpretar o mundo. Em contrapartida, o método do materialismo histórico-dialético, formulado por Friedrich Engels e Karl Marx, afirma que a ideologia é uma relação social vivenciada e determinada pelas estruturas de produção. Conforme esses autores,



As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, i. e., a classe dominante é a força material dominante da sociedade e é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (ENGELS; MARX, 2007, p. 47).

Deste modo, encontra-se aqui uma série de determinações dialéticas, que se irradiam mutuamente. Em primeiro plano, vemos que a ideologia não deriva aprioristicamente de uma “consciência neutra”. Pelo contrário, é a consciência que deriva da ideologia em um dado processo de interação social. Em segundo lugar, as conexões coletivas enlaçam os próprios indivíduos para se realizarem a si mesmos subjetivamente a partir dos modos de produção material, que asseguram(-se) (pel)a reprodução da vida espiritual de cada sociedade em determinado momento histórico. E ainda é preciso salientar que a sociedade e os indivíduos são constituídos por meio da conexão entre os seus demais. Portanto, o indivíduo só é determinado pelo coletivo porque, antes, é preciso o contato entre os indivíduos para se criar o coletivo (sociedade), i. e., tornar-se Sujeito-Objeto da História. O sujeito social não se faz a si mesmo isoladamente, mas em relação com o outro.

Nessa organização humana, o mundo social, surgem práticas significantes que vincularão os sujeitos às relações de produção de seu tempo. Isto é o que se pode chamar de *ideologia* (ALTHUSSER, 1970). A função da ideologia, na sociedade burguesa, assemelha-se à função de um analgésico: não é curar a dor, mas reduzir a percepção da dor, o que, em todo caso, não é o mesmo que mentir para o corpo.

A ideologia não se resume a uma falsificação da realidade. Por exemplo, alguém afirmar que vivemos em uma sociedade capitalista é uma declaração política, não necessariamente ideológica, mas se a mesma pessoa acrescenta “[...] e essa é a única alternativa socioeconômica viável”, aí temos um enunciado marcadamente ideológico. A ideologia são as ideias que predominam em determinado momento histórico e que



naturalizam a realidade tal como é, imutável. Mesmo sabendo que há dor, o corpo reage como se a dor nunca houvesse existido. Não significa que *subjetivamente* a ideologia seja uma distorção ou falsificação do estado das coisas, mas que *objetivamente* está condicionada aos limites da sociedade burguesa, é refém do próprio estado vigente das coisas.

No entanto, se a ideologia é determinada pelas bases das interações sociais entre os homens, o movimento real exercido por estes provoca uma modificação na tessitura material, que desencadeia uma alteração também na ideologia e, por conseguinte, nos usos sociais da língua. Assim, o que distingue a filosofia (marxista) da linguagem da concepção axiomática do positivismo durkhemiano é que, para a primeira, os usos da língua como fatos sociais, mas, acima de tudo, como manifestações ideológicas, podem ser dialeticamente superáveis, já que a realidade material também pode vir a ser.

Assim sendo, os modos de produção e reprodução social asseguram que existam práticas de linguagens diferentes, modos distintos de se dizer a mesma coisa, mas que podem ser privilegiadas ou rechaçadas em relação a outras, estabelecendo-se, com isso, valores linguísticos, que dependem de diversos fatores extralinguísticos, como classe social, nível de escolarização, gênero, etnia, entre outros. Qualquer tentativa de anulação dos processos de discriminação e preconceitos linguísticos deve estar atrelada indistintamente a uma luta contra a discriminação e o preconceito na sociedade como um todo, ou seja, a uma luta contra a atual organização do poder político-econômico-ideológico.

Para manter a valorização da prática linguística dominante, legitima-se um ideal intangível de norma-padrão, que deve servir de modelo uniformizador para os falantes de todas as classes sociais. Mais ainda: é preciso reproduzi-la, e isso se dá por meio do ensino dessa norma nas escolas. Com isso, percebe-se que “a língua oficial está vinculada ao Estado. E isso tanto em sua gênese como em seus usos sociais” (BOURDIEU, 1990 apud CALVET, 2002, p. 106). Assim como é dever do Estado a garantia de ensino, é de sua essência utilizar meios que assegurem a reprodução de sua ordem e de sua existência, enquanto instituição que ratifica a dominação de uma classe



sobre as outras⁴. Entretanto, é próprio da dinâmica capitalista que o repasse da norma-padrão, que por si só é uma construção histórica completamente metafísica, arbitrária e desapegada da realidade linguística, seja precário para as classes dominadas⁵. Assim, os falantes interagem mediante formas e normas⁶ distintas em relação à norma-padrão, pois,

Se formos acreditar no mito da língua única (identificada com a norma-padrão tradicional), existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa “língua”, que é a empregada pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os *sem-língua* (BAGNO, 2015, p. 29).

Há, portanto, diversas normas não-padrão provenientes principalmente das comunidades de classes sociais menos abastadas, que são veementemente repelidas pela burguesia e pela classe média. Sem dúvidas, isso é um indicativo da existência de uma hierarquia de poder nos usos sociais da língua também, que é assegurada pela divisão classista da sociedade. O efeito dessa estratificação é não só a exclusão social, mas a própria insegurança (psicológica e) linguística dos falantes. Desse modo, outros fatores se manifestam, como a hipercorreção, que é a tentativa exagerada de reprodução das formas prestigiadas no âmbito do uso social da língua. (BORTONI-RICARDO, 2004).

Diante dessas afirmações, pode-se inferir que todo elemento linguístico que possui significado relaciona-se com a realidade histórico-social e, assim, perante

⁴ Vale lembrar que, na sociedade capitalista, “o poder do Estado moderno é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (ENGELS; MARX, 2014).

⁵ É preciso esclarecer que, hipoteticamente, mesmo que vivêssemos numa sociedade sem classes, isso não implicaria que as variedades deixariam de existir ou de se reinventar. Como já foi dito, a língua acompanha o movimento histórico e a roda da história nunca para, i. e., uma revolução emancipatória não é suprahistórica, mas sim transhistórica. O que esta comunidade emancipada deve garantir é o fim das classes e, neste caso, conseqüentemente, o fim das discriminações linguísticas oriundas das contradições classistas atuais. Até porque existem outros fatores que contribuem para a variação linguística além das classes: contato entre línguas e dialetos, gênero, localização geográfica etc.

⁶ “[...] norma não corresponde ao que ‘se pode dizer’ (tarefa do sistema), mas ao que já ‘se disse’ e tradicionalmente ‘se diz’ na comunidade [de fala] considerada” (FARACO, 2008, p.37). Nesse sentido, norma tem a ver com aquilo que, dentro de determinada comunidade linguística, se repete corriqueiramente, instituindo uma regra de normalidade e, como tudo que é dito socialmente segue alguma regra, as variedades não-padrão também constituem normas, mas com organizações diferentes das variedades de prestígio.



qualquer mudança na dinâmica do real, a língua sofre consequências estruturais e psicológicas. É assim que se pode compreender a concepção do fenômeno da heterogeneidade linguística: observando que não há como uma língua se apresentar uniforme havendo disparidades e diferenças complexas no interior de uma mesma comunidade social. Deste modo, uma língua é sempre constituída de múltiplas variedades além da variedade estipulada como “padrão”.

3 Breve esforço para uma linguística geopolítica

Para analisar determinada situação linguística, é preciso, antes de tudo, localizá-la em seu contexto histórico e delinear a realidade social na qual está inserida. Esta seção busca traçar uma breve descrição geopolítica do pequeno distrito baiano de Santana do Sobrado. Isso enfatiza o caráter interdisciplinar da pesquisa, ao radicalizar as ideias da linguística e da filosofia da linguagem, quando “insiste na necessidade de se construir uma ciência da linguagem em que o ‘social’ seja o próprio objeto de estudo, ao qual a chamada ‘linguística interna’ tem obrigatoriamente de se subordinar” (CALVET, 2002, p. 9). Portanto, esta pesquisa empenha-se no estabelecimento dialético de uma análise linguística totalizante.

Santana do Sobrado é uma “cidade não emancipada”⁷, um distrito afastado do município de Casa Nova, com uma população estimada em 15.000 (quinze mil) habitantes, e cuja economia é praticamente toda baseada no agronegócio. Além disso, o distrito é o maior do município, menor somente que a sede, e possui o maior índice rentável entre agricultura e agroindústria, além de um grande polo agrícola de exportação mantido por uma burguesia latifundiária, de onde partiremos a entender sua complexidade.

Sabe-se que nada escapa à lógica da apropriação capitalista. Portanto, as condições de desigualdade são também parte do processo de produção do espaço dessa estrutura. O próprio espaço, inclusive, é um meio especulativo para o capital se condensar. Trazer uma análise geográfica dessas condições significa considerar que

⁷ Há mais de dez anos que luta por sua emancipação política.



todo local, por menor que seja (dentro do jogo de escala), tem sua função de contribuição para geração de mais-valia e circulação/valorização de capital e de suas contradições. Assim, há de se considerar que

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho (SMITH, 1988, p. 152).

A produção das desigualdades sociais e a compreensão do espaço estão mediadas atendendo a como o trabalho está determinado. Na dimensão das cidades pequenas, apesar de suas peculiaridades, há funções similares em suas relações. Nesse sentido, Santana do Sobrado, sendo um distrito-cidade, como afirma Leon Trotsky (1967) acerca das cidades pequenas, mesmo sendo uma dimensão espacial específica, tem a sua totalidade particular, que se dinamiza por meio de processos capitalistas que podem ser compreendidos por meio de categorias, como formação socioespacial e desenvolvimento desigual combinado.

Neste processo acelerado de mundialização econômica do capitalismo, dentro da nova divisão territorial e social do trabalho⁸ e pela reestruturação produtiva agropecuária, a relação campo-cidade é intensificada. As proximidades das cidades, onde se verifica a existência do agronegócio, tornam-se responsáveis por suprir suas principais demandas, como aporte jurídico, assistência técnica etc., mas, em se tratando de cidades pequenas, oferecem principalmente a mão de obra (ELIAS; PEQUENO, 2007). É nessa dinâmica que Santana se encontra: com sua base econômica relacionada principalmente ao agronegócio, a força de trabalho dos moradores locais, em geral, é trocada no assalariamento com grandes empresas para produção e exportação de *commodities* da fruticultura irrigada. Apesar disso, há também moradores que possuem

⁸ “Com o grande crescimento populacional, [...] surge uma nova repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens e mulheres no território do país, [...] reestruturaram-se a produção e o território preexistentes, desorganizando as estruturas, as funções e as formas antigas” (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 26).



micropropriedades, nas quais sobrevivem com pequenos lotes, mas permanecem subordinados aos ditames do empresariado.

Conforme David Harvey, “a capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” (2005, p. 149). Portanto, a classe dominante burguesa determina as condições sociais locais, pois, estando intrínsecas às regras do mercado globalizado, as demandas exigidas mesclam os interesses de produção do lucro e circulação do capital, e o Estado tem a responsabilidade de mediar para que esses processos ocorram com eficácia. O interessante de se notar, como mostra de uma espécie de força teológica espectral que o capitalismo exerce sobre a realidade material, é que essa mesma burguesia que determina as condições de produção de espaço não reside em Santana.

A estruturação do espaço urbano, nessa lacuna entre pobres e ricos, tem seu caráter objetivo quando se refere, por exemplo, ao estudo dos diversos usos do solo, como a favelização, os condomínios habitacionais e loteamentos, que orientam a localização dessas paisagens, mas trazem também em dimensão subjetiva de como as pessoas se sentem e percebem esses espaços, como isoladas/marginalizadas ou não, e mesmo como organizam o espaço, são características que revelam processos segregativos, dentro do plano centro-periferia (ROMA, 2008).

Nessa perspectiva, o distrito santanense traz muitas características da disparidade abissal dessa estrutura, como a especulação imobiliária e a formação de loteamentos na faixa de transição⁹, ao passo que o avanço de casas periféricas por moradores das classes menos abastadas é rapidamente impedido.

Na nossa sociedade capitalista, devido às lógicas de estruturação espacial a que estão submetidas as cidades e à produção social que engendra os espaços, as pessoas dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo não têm o direito de decidir se moram em lugares melhores ou piores. Moram onde o preço da mercadoria terra/edificação é mais barato ou em áreas de ocupação irregulares, impróprias para moradia, sujeitando-se, assim, a viver em locais que agravam suas condições de vida (ibidem, p. 37).

⁹ No que administrativamente compreende ser a divisão entre rural e urbano.



O mercado e o trabalho determinam o modo de vida que cada um deve seguir; quem possui o controle produtivo decide as regras, *i. e.*, uma burguesia não residente, que, na necessidade de valorização e concentração de capital, com o aporte jurídico da propriedade privada, intensifica as desigualdades e, em consequência, os conflitos de classes. O Estado como gestor de todos os aparatos sociais, desde o sobreproduto social¹⁰ até as legislações de uso ou de posse de matérias, é um agente primordial na produção socioespacial e do planejamento das desigualdades. Assim,

A presença e aparente ausência do Estado aprofundam contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo. O Estado aparece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo. (RODRIGUES, 2007, p. 74).

A negação do poder público em investir para melhorias de condições de vida para as frações da classe trabalhadora remete às contradições de ser o principal agente incentivador de políticas que beneficiam os projetos privados de grupos privilegiados, isto é, a classe burguesa.

Em Santana do Sobrado, mesmo que a maior parcela dos moradores ganhe o mesmo valor salarial ou que obtenha o mesmo acesso de alguns equipamentos de uso coletivo, é perceptível a diferença no comportamento socioeducacional de quem mora na periferia para quem mora no centro. Isso porque, além da forma de trabalho, o acesso que a população tem aos equipamentos de uso coletivo caracteriza seu exercício de direito à cidade, ou seja, aqueles que moram no centro¹¹ têm mais e melhor acesso a

¹⁰ Termo utilizado para definir os recursos públicos: Tributos ou impostos pagos pelos trabalhadores e arrecadados pelo Estado.

¹¹ Em Santana do Sobrado, a pequena burguesia ou antigos moradores que já moravam lá antes da valorização.



esses equipamentos e transitam com maior facilidade; os bairros periféricos, onde residem os mais carentes, são locais onde se tem pouco ou nenhum acesso a saneamento, pavimentação etc. Assim, essa organização espacial impede a circulação dos moradores da periferia, favorecendo não só a exclusão social, mas também a reclusão espacial em relação aos demais bairros.

Pode-se observar melhor a reprodução do domínio político-econômico sobre o espaço urbano por meio do seguinte mapeamento descritivo: a praça da igreja é o *centro* e a região de maior prestígio, pois é a área de comércio mais movimentada, em que a maioria da população que ali reside está composta por uma pequena-burguesia emergente, que sobrevive do comércio¹², e por antigos moradores; há uma zona intermediária entre o centro e a periferia, onde convive a classe média, formada em geral por funcionários públicos, e trabalhadores rurais, a qual trataremos como *semiperiferia*; as periferias, onde habitam principalmente trabalhadores rurais, são o Loteamento Cristal, a Vila Nova e o Alto da Boa Vista, estes últimos mais conhecidos como “Iraque” e “Irã”¹³, respectivamente.

O que se pode perceber é que, quanto mais se está afastado do centro, mais precárias são as condições de vida e de moradia no distrito. Assim, fica evidente que o espaço, mesmo em uma pequena cidade interiorana do sertão nordestino da Bahia, se constitui como condição e produto das contradições e desigualdades sociais nos modos de vida de uma sociedade capitalista. Mas o que isso tem a ver com o estudo da língua? Ora, tem tudo a ver! A classe dominante, ao deter os meios de produção e o acúmulo de capital, delimita todas as outras relações sociais, incluindo a nossa convivência com o espaço, e dentro desses espaços surgem modos de vida e de interação com as outras pessoas que determinam nossa linguagem. Portanto,

¹² Segundo Engels e Marx (2014, p. 43), a pequena burguesia é conservadora. Por isso, dentro do cenário urbano, ela representa os interesses da classe dominante contra qualquer tentativa de “proletarização” do centro.

¹³ Mais uma vez, a língua servindo como signo ideológico para acentuar o rebaixamento social e, conseqüentemente, o preconceito sobre os moradores dessas regiões.



São essas graves diferenças de *status* socioeconômicos que explicam a existência em nosso país de um verdadeiro abismo linguístico entre falantes das variedades estigmatizadas do português brasileiro (**moradores da zona rural ou das periferias das grandes cidades, miseráveis ou pobres, analfabetos ou semianalfabetos**) – que são a maioria de nossa população – e os falantes das variedades prestigiadas (**moradores dos centros urbanos, mais escolarizados e de poder aquisitivo mais elevado**) [grifos nossos] (BAGNO, 2015, p. 28).

Mas, ao mesmo tempo em que os grupos sociais excluídos produzem novas formas de espaço alternativas às estratégias urbanas impostas pelo Estado e pelos interesses das classes dominantes que os empurram para a exclusão, também revitalizam novos modos de interagir pela língua, diferentes dos limites da língua legítima que os marginaliza. Portanto, se existem essas pessoas “sem-língua”, de quem fala Bagno, a variação linguística é, comparativamente, a ocupação de um prédio abandonado, é a tomada de uma terra sem função social, é a transformação da improdutiva vaidade especulativa da língua legítima em um terreno fértil; a variação é uma favela construída em meio a um relevo de muita opressão e miséria, mas que resguarda em si e em seu uso a expressão de luta e de resistência da cultura de uma comunidade. O objetivo da Linguística Geopolítica não é exaltar esses modos de vida (e de comportamentos linguísticos) como fim, mas compreendê-los como sinalizadores de resistência e de necessidades imediatas dos excluídos para avançar contra o domínio e a discriminação sociais.

4 Análise de dados

Para demonstrar a heterogeneidade da língua e como ela está intrínseca à organização societária, foi feito o levantamento de um *corpus* que tem como finalidade a análise de várias placas e fachadas de lojas e do comércio em geral, em diversos locais do distrito, para perceber que, apesar de ser uma cidade provinciana, há certa divisão de classes mais ou menos bem definida, assim como qualquer cidade grande: no centro e em suas proximidades, os enunciados nas fachadas estão escritos segundo a variedade urbana de prestígio; nas periferias e semiperiferias, podem ser vistas mais nitidamente



algumas variações estigmatizadas¹⁴. Em geral, pelas condições econômicas, os suportes desses anúncios são a própria parede ou placas de madeira e de metal, e são escritos à mão. Assim, a análise da variação neste artigo pousa sobre um gênero específico inserido na modalidade escrita. Compreende-se, pois, que

O fundamental é que a variação não é exclusividade da fala. Tanto a fala como a escrita variam. Parece certo que se pode afirmar a tese de que todo uso da língua, em qualquer nível, gênero ou registro, em princípio está sujeito à variação. Então, sempre que pensamos na fala como variável e na escrita como estabilizada, não variável, na verdade estamos pensando em determinados gêneros prototípicos de uma ou outra modalidade e não na fala e na escrita como um todo (BEZERRA, 2011, p. 24).

Faz-se necessário reforçar que esta análise marxista não pretende reduzir as origens das variações linguísticas à vulgarização do esquema base-superestrutura¹⁵ – sequer caberia discutir essas origens nesse breve artigo -, pois existem outros inúmeros fatores que contribuem para sua realização, como contornos étnicos, culturais, geográficos e até psicológicos. O que se pretende evidenciar é como os juízos de valor, que permeiam os usos sociais da língua, atuam e estão orientados pela estratificação social e pela forma de organização socioespacial segregacionista dentro dessa sociedade de classes, *i. e.*, a finalidade da pesquisa é assinalar que o preconceito linguístico se situa na convergência entre as particularidades (cor, localização, sexo biológico, gênero, orientação sexual, entre outros fatores primários) e a classe social (fator basilar, ou seja, fator secundário, mas que universaliza a todos em uma unidade conflitiva).

¹⁴ Isso tem estreita relação com, pelo menos, duas questões fundamentais: a divisão social do trabalho em conjunto com a especulação imobiliária, que obrigam os trabalhadores com salários mais baixos a buscarem moradias em regiões desvalorizadas e em condições precárias, e, segundo, com o acesso (ou a obstrução) aos equipamentos urbanos de uso coletivo, pois, sem alguns destes, como o saneamento, muitas pessoas têm de dificuldade de se locomoverem para as escolas (que ficam no centro) e até mesmo para outras regiões locais, fazendo com que esses moradores se fechem exclusivamente em sua variedade linguística diatópica.

¹⁵ Quanto às acusações e às más interpretações sobre o marxismo que o reduzem a uma teoria puramente economicista, Engels (2009) responde: “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia”.

Como já foi dito, a variação linguística não se refere somente aos usos desprestigiados, posto que a língua em si é uma soma de várias variáveis. Entretanto, em um âmbito social cindido hierarquicamente, algumas são benquistas em relação a outras. Na realidade, é óbvio que essa questão é muito menos linguística do que sociohistórica.

Esta pesquisa se atém à análise das variedades desprestigiadas por reconhecer nelas os traços linguísticos concernentes aos estigmas sociais e, com isso, visa evidenciá-las e denunciar o preconceito arraigado na língua. Como será apresentado adiante, nada nos usos reais da língua é arbitrário. Quando denominam algo como “errado”, tem-se apenas o encobrimento dogmático da heterogeneidade empiricamente comprovada que constitui uma língua.

Os que se aferram à ideia de uma língua homogênea não percebem ou não querem perceber que o que se acusa de erro nada mais é do que uma das inúmeras variações que constituem uma realidade linguística, e o fenômeno da variação seria, em termos hegelianos, a diversidade na unidade da língua. Para facilitar o entendimento das análises, a tabela a seguir auxiliará na organização:

Tabela 1 – Relação entre enunciados e sua localização na cidade

Enunciado	Localização
<i>(1) Concerto de TV, som, DVD</i>	Eletrônica (semiperiferia)
<i>(2) Conserta-se relógios</i>	Muro de uma casa (semiperiferia)
<i>(3) Impreção e Xerox</i>	<i>Lan house</i> (periferia)
<i>(4) Tubos e fitas gotejadora</i>	Loja de material de irrigação (semiperiferia)
<i>(5) Gesso & construções: cerviços</i>	Gessaria (periferia)



<i>em geral</i>	
(6) <i>Perfumaria, confecções e langerre, etc.</i>	Loja de roupas (semiperiferia)

Fonte: Os autores (2019)

No enunciado (1), observa-se o uso da palavra *concerto*, que, segundo as variedades padrão e culta, significa um espetáculo musical ou composição em que um instrumento solista é acompanhado de orquestra, mas que, neste caso, exerce o mesmo valor de verdade do substantivo *conserto*, que denota “restauração”. Apesar de as palavras serem morfologicamente distintas, embora homófonas, compreende-se, pelo contexto, que é isto que se pretende anunciar: que naquele lugar restauram-se aparelhos eletrônicos. Não há qualquer dificuldade em assimilar isso, a não ser o estranhamento com a ortografia, o que, com certeza, é menos incômodo do que um texto escrito ortograficamente perfeito, mas que não possuísse coesão e/ou coerência.

O exemplo (2) contém duas linhas de análise: uma morfológica e outra sintática. Morfologicamente, no termo *conserta-se*, o uso de “-ss” após “n” trata-se de uma hipercorreção, visto que, para o autor da frase, possivelmente por conhecimento inacabado (já que por desconhecimento total não seria possível tal realização linguística) da regra gramatical normativa, apenas um “-s” constituiria o fonema /z/ mesmo depois de “n”, por isso, ele acrescenta mais um “-s”; sintaticamente, a aplicação do verbo no singular da voz passiva sintética revela uma noção intuitiva de que “relógios” é objeto direto, uma vez que a construção sintática “consertam-se relógios”, considerada pela norma gramatical como correta é incoerente: relógios não se consertam. Portanto, para o falante, no caso, haveria um sujeito indeterminado que conserta os relógios.

Na frase (3), a escolha de “impreção” em vez de “impressão” revela também uma espécie de intuição internalizada do uso da língua. Ora, se “impressão” é a ação de imprimir e o sufixo comum no português para atribuir ação aos substantivos é “-ção”, o



enunciador do referido apenas seguiu o raciocínio lógico. Logo, podemos constatar que a variação não acontece de forma aleatória.

No enunciado (4), observa-se, na variação apresentada, segundo as considerações de Tarallo (2005 apud BEZERRA, 2011), um fenômeno linguístico bastante comum nos usos do português brasileiro, a marcação de plural no sintagma nominal (SN), quando ouvimos, por exemplo, “essas casas é bonita”, em vez de “essas casas são bonitas”. Em “tubos e fitas gotejadora”, esse fenômeno sintático se manifestou também na escrita. Como já há a marcação do plural nos substantivos “tubos e fitas” (termo determinado), o autor não sentiu a necessidade de aplicá-lo no adjetivo “gotejadora” (termo determinante).

É comum que o indivíduo reflita as marcas de sua oralidade na grafia, de modo que as ocorrências dessas marcas são muito frequentes nos textos escritos. Para explicar isso, basta observarmos o discurso implantado no senso comum e até mesmo nas escolas de que “se escreve assim, porque se fala assim”, ou seja, a língua escrita é tida como uma mera representação ou cópia da língua falada. Entretanto, nas duas modalidades, compreendem-se diferenças históricas e sociais: a grafia da palavra “farmácia”, por exemplo, mudou para “farmácia”, mas, neste caso, foneticamente nada se alterou. Os traços de oralidade na escrita se apresentam nas variações citadas em decorrência de a população ter maior contato e atividades ligadas à fala em paralelo com textos redigidos. A oralidade é muito mais fluida, prática e habitual, portanto esse contato permanece impregnado na hora de escrever em alguns sujeitos que não possuem a noção de diferenciação ou até mesmo em alguns poucos desatentos.

O enunciado (5) revela a reprodução das noções limitadas da norma-padrão por parte do autor, que, para tentar se comunicar, vai alterá-la e seguirá por uma variante desprestigiada. É deste modo que procura assimilar a língua escrita e os traços de oralidade em “cerviços em geral”. Quando lemos esse enunciado, não há uma diferença fônica entre /c/ e /s/. Logo, para o entendimento do autor, se não há essa diferença, não há também uma diferença morfológica. Isso porque ainda persiste o mito linguístico de que “o certo é escrever assim porque se fala assim” e vice-versa.



Por fim, a frase (6) apresenta duas variantes não-padrão que suscitam a repulsa da “polícia linguística”. A primeira variante é “comfecções”, que expressa uma confusão no uso das consoantes nasais /m/ e /n/. Mais uma vez, foneticamente não haveria diferença, mas, pela norma gramatical, morfologicamente há uma regra diferente da variação: /m/ vem antes de /p/ ou /b/, enquanto /n/ antes das demais consoantes, por um processo de assimilação, considerando que os segmentos /p/ e /b/ são oclusivos, assim como o /m/. A segunda variante é “languerre” (*lingerie*), uma palavra estrangeira. Neste caso, precisaríamos exigir do usuário o domínio de outra língua que este não possui, mas que, ainda assim, tenta, assimilando a pronúncia com as regras da sua língua materna para repassá-la ao plano da língua escrita.

Considerações Finais

Porquanto o meio social está impregnado de preconceitos, a linguagem, sendo reflexo da cultura da sociedade, não escapa a esse logro. Por uma questão de adaptação às normas sociais vigentes, todos os grupos buscam convergir para a linguagem das classes mais privilegiadas, pois, para o grosso da massa, a linguagem é uma maneira de evidenciar categoricamente a classe do indivíduo. Por isso, o público preferirá, em geral, dar atenção às lojas do centro não só pela localização valorizada e pelas fachadas coloridas, chamativas e bem elaboradas graficamente, mas também pelos enunciados seguirem a variedade urbana de prestígio, pois aparentemente transmite segurança e *status* social elevados.

Mas a afirmação de que uma norma prestigiada comprova uma posição social de destaque ou que o domínio puramente linguístico é um determinante de ascensão social ou até mesmo que o conhecimento da norma-padrão por si só é uma manifestação de poder político não são pontuais e, por vezes, promovem não só atitudes intolerantes quanto à determinada variedade em oposição às outras, mas também uma compreensão equivocada sobre o poder e o saber:



[...] um grande fazendeiro que tenha apenas poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas ‘erradas’ pela gramática tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar (BAGNO, 2015, p. 105).

Na realidade, o fato de as placas e as fachadas do centro estarem de acordo com as variedades urbanas de prestígio apenas demonstra uma posição socioeconômica mais elevada dos donos desses pontos comerciais por poderem pagar pela confecção em gráficas, mas não significa categoricamente que tenham mais domínio da língua do que os comerciantes e os lojistas da periferia, até porque a pequena burguesia do centro tem simpatia pelos interesses burgueses, mas não tem as mesmas regalias, e, como assinalado, a própria burguesia local pode não ter domínio sobre o que chamam de norma padrão ou nem mesmo da norma culta. Ainda assim, os pontos em que os anúncios são escritos à mão e sob normas não cultas sofrerão com o preconceito e, conseqüentemente, terão menos sucesso comercial, não só porque a escrita transmite certo *status*, mas também porque se soma a isso a localização marginalizada.

A variedade desprestigiada está depositada principalmente em determinados suportes de leitura e escrita: as próprias paredes, onde os enunciados são escritos à mão. Isso, por sua vez, está relacionado com a desigualdade e com o nível de investimento financeiro. Aqueles que possuem um maior poder de consumo irão utilizar uma infraestrutura enunciativa bem mais organizada, que terá como material de suporte, em geral, a fachada de lona confeccionada em gráficas.

O fundamental é compreender que, mesmo que as classes privilegiadas locais não dominem a norma-padrão, assim como determinam a produção do espaço e não o habitam, a dominação burguesa não é um fenômeno local, mas global, posto que se deve levar em conta a divisão internacional do trabalho. Isso significa que o desenvolvimento cultural depende também do desenvolvimento das forças produtivas, *i. e.*, se a produção local está ligada aos *commodities* do setor primário é bem provável que a aquisição cultural-linguística dessa burguesia também seja atrasada ou arcaica.



Ainda assim, há forças externas (por exemplo, as exigências do setor industrial e do mercado financeiro) a essa burguesia que determinam o uso da língua, e mesmo que sua representação interna ou os segmentos que partem em sua defesa (classe média, pequena burguesia e a própria burguesia latifundiária) não dominem a norma culta, é por meio desta que se expressam socialmente, recorrendo a subordinados que o façam e a outros meios e relações sociais extralinguísticos.

Deste modo, o saber linguístico continua subordinado ao poder político-econômico-ideológico. Em uma época em que se celebram “conceitos neutralizantes”, como “sociedade pós-industrial” e “sociedade da informação”, principalmente por autores pós-modernos, enquanto tapam os olhos, por exemplo, para os problemas essenciais da América Latina, é mais do que necessário demonstrar como o processo de trabalho está mais presente do que nunca aqui, como as formas de vivenciá-lo interferem em questões sociais mais complexas e até mesmo como isso contribui para compreender as problemáticas desse novo momento no cenário mundial. Por isso, é tão importante uma análise linguística que vise sempre o horizonte da totalidade: a língua é um produto das interações sociais e não pode ser investigada isoladamente, pois acoberta inúmeros outros determinantes extralinguísticos que precisam ser levados em conta para evitar precipitações. Ainda assim, a análise aqui apresentada não está livre desses equívocos, tampouco das limitações teóricas, especificidades e transições históricas. Mas, sendo materialista histórico-dialética, estará sempre ofertada à superação.

Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 56 ed. São Paulo: Parábola, 2015. 352 p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 203 p.
- BEZERRA, Benedito Gomes. **Letras: sociolinguística**. Recife: UPE/NEAD, 2011. 44p.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. 160 p.



ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. In: **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**: Belém, v. 9, n. 1, mai. 2007. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168/152>>. Acesso em: 21 de dez. 2017.

ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch**. Trad. Vinicius Valentin Raduan Miguel. set. 2009. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 01 de mar. 2018.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. L. C. Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2014. 83 p. (Coleção A obra-prima de cada autor)

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. L.C. Martorano *et al.* São Paulo: Boitempo, 2007. p. 47.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p. (Coleção Geografia e Adjacências)

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008. 208 p.

RODRIGUES, Moyses Arlete. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. In: **Revista Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571>>. Acesso em: 22 de dez. 2017.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UNESP. Campus de Presidente Prudente: 2008. 137 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96712>>. Acesso em: 21 de dez. 2017.

SAUSSURE, Fernand. **Curso de linguística geral**. Trad. A. Chelini *et al.* 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 243 p.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.v.1.

Recebido Para Publicação em 18 de setembro de 2019.

Aprovado Para Publicação em 30 de outubro de 2019.